

A voz do homem ordinário no jornalismo: reflexões sobre o protagonismo dos anônimos como fonte noticiosa

MAURO DE SOUZA VENTURA

Universidade Estadual Paulista
(Unesp)

Brasil

Professor adjunto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Livre-Docente em Jornalismo. Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (USP)

TAYANE AIDAR ABIB

Universidade Estadual Paulista
(Unesp)

Brasil

Doutoranda em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestre e jornalista formada pela mesma instituição. Bolsista de Doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

RESUMO

Neste artigo, reflete-se sobre cultura jornalística a partir das fontes selecionadas para compor o produto noticioso. Em chave de contraposição ao predomínio narrativo das instâncias oficiais e especializadas, tradicionalmente consultadas em coberturas informativas, inscreve-se o protagonismo do homem ordinário, a partir de entrecruzamentos bibliográficos entre a comunicação e a história oral, como horizonte possível a dinâmicas jornalísticas de configuração polifônica, nas vias de uma mediação social mais autoral e intersubjetiva

Palavras-chave: Jornalismo; Fontes jornalísticas; Personagens anônimos; História Oral

ABSTRACT

In this article, we reflect on journalistic culture from the sources selected to compose the news product. As a counterpoint to the predominant narrative of official and specialized sources, traditionally consulted in informational coverage, the protagonism of the ordinary man is inscribed, based on bibliographic intersections between communication and oral history, as a possible horizon for journalistic dynamics of polyphonic configuration, in the path of a more authorial and intersubjective social mediation.

Keywords: Journalism; Journalistic Sources; Anonymous characters; Oral History.

INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas neste artigo conjugam um exercício analítico de contraposição entre o agir jornalístico que se conforma a administrar esquemas estabelecidos, na esteira da dinâmica noticiosa tradicional, e um modo de fazer que, em lógica de deslocamento, ensaia empreender possibilidades outras, concebidas a partir de diálogos teóricos desde a prática profissional. De maneira específica, elegemos adentrar o território da cultura jornalística, que desdobra-se dos valores partilhados pela comunidade profissional, problematizando os procedimentos que caracterizam a maquinaria da notícia em termos de rotina – esse locus de conformismo e de um ethos convencionalmente padronizado, sem o brilho da assinatura criativa –, para, a partir daí, inscrever pontos de resistência e virada, brechas que podem configurar estratégias divergentes e vitalizar a mediação em molde relacional, intersubjetivo.

Consideramos neste estudo a dimensão das vozes convencionalmente selecionadas para compor o produto jornalístico. Colhidas dentre instâncias de poder e de prestígio, as fontes oficiais e especialistas são priorizadas pela cobertura hegemônica, figurando como frente estável e regular de consulta, porque ademais inscritas nas relações políticas e econômicas que configuram o campo. É pelo protagonismo noticioso do homem ordinário (CERTEAU, 1994), no entanto, que estabelecemos um horizonte possível a registros em vias de polifonia e polissemia, desde o cotidiano tecido por personagens anônimos.

Com a História Oral aprendemos o valor do testemunho de figuras sistematicamente marginalizadas do interesse público, e também midiático, inclusive como compromisso e responsabilidade social, e por isso extraímos por um entrecruzamento bibliográfico potências para um exercício jornalístico mais diverso e singular. “Mecanismos e rotinas mecanicistas ficam aquém das solicitações comunicativas. Faz-se necessária a presença de um criador capaz de acionar uma efetiva mudança no estado de coisas”, diz-nos Cremilda Medina (1996, p.13), e aqui propomos um tal movimento pela predileção narrativa aos sujeitos comuns.

PELAS ROTAS JORNALÍSTICAS TRADICIONAIS

“Os jornalistas não gostam de que se fale da máquina midiática. De todo modo, se considerarmos o fenômeno da informação [...] é realmente disso que se trata”, escreve Patrick Charaudeau (2009, p.241), assinalando a acepção central que fundamentará nossas incursões

neste capítulo. Se a legitimidade da profissão por muito se assentou na crença social de que o conteúdo midiático é reflexo do que se passa no espaço público, importa-nos neste estudo sublinhar que o universo da informação é, de fato, resultado de uma construção. A visão de mundo que nos é apresentada diariamente pela instância midiática é, assim, antes de um dado natural, um produto acabado, configurado de acordo com dinâmicas e atores que, cada qual em seu setor, e implicado por seus constrangimentos e convenções, fazem as engrenagens funcionarem.

Mais vale pensar, por isso, na realidade pública divulgada pelos meios como uma realidade seletiva, e não sintética. O jornalismo, afinal, conforme já ressaltava Lippmann, em 1922, “não é um relato em primeira mão do material bruto, [...] é uma série completa de seleções [...] e não há padrões objetivos aqui” (2012, p.301). No entanto, a relação entre jornalista e seus destinatários estabeleceu-se, e institucionalizou-se, baseando-se em atitudes epistêmicas coletivas que foram forjadas justamente pela atribuição de um uso da mídia como transmissora do real. “Um contrato pragmático fiduciário social e historicamente definido”, nas palavras de Alsina (2005, p. 52, tradução nossa^[1]), que é aceito porque o discurso informativo se constrói de uma tal forma a se mostrar como verdadeiro – ainda que reproduza os fatos através de uma complexa operação subjetiva.

É neste sentido que, como pondera Adelmo Genro Filho (1987, p.129), a informação “não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações históricas e sociais, mas, ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito”. Desde aí, foram as bases materiais e sociais do capitalismo que deram a forma para a atividade tal qual a conhecemos hoje. Se durante o século XVIII os jornais ainda serviam de instrumento a causas político-partidárias, em modelagem opinativa, os processos sóciotécnicos que se desenvolveram pelo século XIX deslocaram o jornalismo a uma posição industrial, conferindo-lhe envergadura econômica para afirmar-se enquanto empresa produtiva – e lucrativa.

No compasso da consolidação de um tal polo econômico, dedicado a estabelecer a informação como mercadoria e seus leitores como público consumidor, em lógica de livre-concorrência, a profissionalização era buscada pelo grupo em um plano também simbólico, com a constituição de um *ethos* sob a conjunção de imagens e valores a integrarem “as premissas inquestionáveis sobre as quais assentaria sua própria existência” (TRAQUINA, 2005, p. 48). Trata-se da formação de uma consciência atuante e objetivada, a projetar a imprensa como elemento fundamental da teoria democrática, por representações como porta-voz da opinião pública, defensor da independência e da liberdade, cão de guarda dos poderes instituídos, ou Quarto Poder, que até hoje pairam sobre o imaginário social.

Não à toa, nas três últimas décadas do século XIX, clubes e associações exclusivas de jornalistas se formavam, inicialmente nos Estados Unidos, e depois na Europa, para promover as demandas do grupo, melhorar suas condições de trabalho e elevar seu estatuto e qualificações

perante a sociedade. A introdução formal de uma instrução jornalística no ensino superior, ainda nos anos 1860, também contribuiu para a maturação do processo de profissionalização, alavancando a ideia do jornalista como portador de conhecimento e de autointeresses específicos à uma comunidade.

É neste polo simbólico, onde o jornalismo se inscreve como meio de informação para equipar os cidadãos no exercício dos seus direitos e expressão de suas demandas, que o contrato midiático anteriormente abordado se define, na visada de credibilidade que, ao associar em seu discurso os ideais de busca da verdade, objetividade, rigor e exatidão, o justifica socialmente. Aqui também se aloja a competência cultural adquirida no grupo, relacionada diretamente às suas práticas, segundo o sociólogo italiano Mauro Wolf (2003, p.102): “no conceito de cultura profissional cabem tanto os significados e os valores que surgem e se difundem nas classes e grupos sociais, quanto às práticas efetivamente realizadas”.

Daí que também se aborde o jornalismo enquanto comunidade interpretativa (ZELIZER, 2000), ou tribo (TRAQUINA, 2005), precisamente para destacar a partilha de estruturas cognitivas, perceptivas e avaliativas, ou os saberes específicos que configuram o seu modo de ser e estar, entre os seus membros. Estamos a tratar das maneiras altamente homogêneas de ver, agir e falar dos profissionais, respectivamente “o domínio de técnicas de recolha de informação, de elaboração de estruturas narrativas bem precisas, e de uma linguagem específica – o jornalês” (TRAQUINA, 2005, p. 116), que se difundiram como convenções tácitas e que ajudam a compreender como os jornalistas construíram – também em âmbito informal – definições do que é considerado uma prática adequada.

É a partir desses elementos iniciais, que demarcam em perspectiva histórica e interacionista a estruturação de uma comunidade profissional, a atuar em consonância à uma identidade coletiva, que podemos aprofundar nossos estudos acerca das dinâmicas que perfazem o *newsmaking*, assumindo que, sob um quadro complexo e processual de olhar para a produção de notícias, delineia-se também caminhos de ruptura e divergências para com as lógicas hegemonicamente instauradas. É importante frisar, portanto, que nossa argumentação se faz sob a premissa de que o jornalismo construiu uma maneira própria de perceber e arquitetar seus fatos, resultado de uma série de negociações, orientadas pragmaticamente, em função de “fatores com diferentes graus de importância e rigidez, que ocorrem em momentos diversos da cadeia informativa” (WOLF, 2003, p.200).

Cabe-nos, então, uma analítica da noticiabilidade que, em contraponto à teoria do espelho, e alinhada a estudos críticos que consideram formas ativas de atuação de jornalistas e agentes externos, investigue categorias que evidenciem procedimentos de influência no universo informativo. Aspectos subjetivos e estruturais coexistem no artefato noticioso e, para fundamentar a noção de uma maquinaria informativa, que nos estabelece em circuito construcionista, vale

nos atermos à problematização de tais indicadores, não sob um tom de determinismo, mas com a expectativa de delinear um mapa cognitivo a sinalizar os pontos de choque e brechas para ruptura. Isso porque a mediação autoral que aqui defendemos, e na qual pesa constrangimentos de ordens diversas, vincula-se, em última instância, a movimentos de resistência que, restritos a microdimensões, favorece-se em contextos socioculturais mais afins à autonomia jornalística.

Enquanto membros de uma comunidade interpretativa, ou tribo, os jornalistas desenvolveram modos de pensamento e linguagens comuns, como valores de uma cultura noticiosa que, ademais de contribuir para sua legitimidade social, orienta-os a lidar com o fluxo e quantidade de trabalho a ser feito diariamente. Fez parte do profissionalismo almejado nos últimos dois séculos, neste sentido, justamente configurar normas e padrões de comportamento como práticas rotineiras, repetidas, de realizar um *modus operandi* com eficiência – e assim também se apresentar perante à sociedade como dinâmica não-arbitrária, mas coesa em critérios e procedimentos de agir.

O *ethos* jornalístico abordado por Traquina (2005, p.190) performatiza também aqui, em nível de rotina midiática, os saberes de reconhecimento, procedimento e narração que caracterizam o aparato de trato noticioso, de um tal modo que o autor português fala em “diáspora” para marcar o tom de transnacionalidade que atravessa o ser e o fazer profissional. Assim se interpreta, por exemplo, a universalidade dos valores-notícia, que mais que um “faro” que idealiza a profissão, como se o jornalista fizesse parte de uma categoria especial de homens e mulheres e fosse capaz de perceber o que outros não conseguem, é, de fato, um construto cognitivo – uma espécie de abstração daquilo que se crê que o público valoriza. Nas palavras de Shoemaker e Reese (1996, p. 106, tradução nossa^[2]), “esta é uma capacidade de avaliar as histórias com base em valores acordados, que fornecem parâmetros de noticiabilidade e constituem uma rotina orientada para o público”.

No âmbito de práticas padronizadas, importa falar das sujeições na produção devido à dependência da comunidade jornalística de fontes de relato. Embora tenha à disposição incontáveis canais para captação e apuração de dados, a mídia aciona frequentemente os mesmos setores para tratar dos fatos em suas entrevistas, em uma dinâmica que se define considerando constrangimentos de ordem política e econômica ligados à sua profissionalização. Se por um lado a consulta a fontes já determinadas – autoridades governamentais, *press releases* e coletivas de imprensa (SHOEMAKER e REESE, 1996, p. 123) - reduzem o investimento pessoal e coletivo, de tempo e dinheiro, em pesquisas mais aprofundadas e diversificadas, por outro, não há como considerar essa uma busca desinteressada por alguma das partes envolvidas.

Sob o legado positivista que atravessa suas lógicas de pensar e agir, é a interlocução com as fontes oficiais e especialistas que certifica a validação pública de que necessita as notícias. Também o Estado, conforme adverte Bourdieu (1997, p.103), age através desses canais para

“manipular as informações ou os agentes encarregados de transmiti-las”, em seu anseio por um monopólio discursivo legítimo – de modo que, mesmo em esferas mais localizadas e a rigor menos suscetíveis a comandos administrativo-estatais, disputas de poder aparecem já como métodos bem internalizados.

Não à toa, pelo nível de análise das rotinas midiáticas, depreende-se o que autores como Shoemaker e Reese (1996), Traquina (2005) e Sousa (1999) descrevem de “mentalidade de pacote”. Ao adotar atitudes similares de coleta, processamento e disseminação de conteúdo, as coberturas noticiosas assumem parâmetros insulares e autoreforçadores – precisamente o que lhes é necessário, explica Leo Sigal (1973), para ter um mínimo de segurança para atuar em ambientes incertos, onde o fluxo de matéria-prima é constante e a disposição de recursos é escassa. No entanto, uma tal conduta é sobretudo pouco favorável à afirmação da autonomia, em termos coletivo ou individual: “a concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a *uniformidade* da oferta, da qual podemos facilmente nos convencer comparando os conteúdos dos grandes semanários ou das emissoras com vasta audiência” (BOURDIEU, 1997, p. 108).

O risco, que muitos já evidenciam como dado bem enraizado na rotina profissional (MEDINA, 1996; KÜNSCH, 2005), é que o jornalismo se converta em atividade burocrática, e o exercício do jornalista se conforme à aplicação de esquemas pré-estabelecidos, e de acordo com interesses de outras burocracias, o que esvaziaria a notícia de seu potencial polifônico e polissêmico e empobreceria a mediação social das marcas da intuição criadora que, em última instância, é o que faz do ofício uma produção cultural e autoral capaz de provocar significações outras ao real.

Um tal retrospecto nos ajuda a maturar a reflexão sobre as latitudes que cabem ao jornalista em termos de um exercício mais autônomo e autoral, considerando especialmente os movimentos pendulares que organizam a sistemática intracampo. O investigador catalão Xavier Giró Martí (2020) elege a expressão *grietas* para indicar uma espécie de abertura informativa que deve ser buscada pelos profissionais, a despeito das estruturas que os constroem, para revelar visões e posições alternativas aos processos hegemônicos. Segundo Giró (2020), essas *brechas* são tipos elásticos, que podem se ampliar ou se encolher em função das dinâmicas organizacionais que a sustentam, e que, ao reportar conteúdos mais críticos, em favor da mudança social, perfuram/racham o sistema comunicativo tradicional, ou dentro mesmo dos grandes meios. O mais importante, enfatiza o autor, é que a criação de *grietas* depende do fator humano, ou seja, de um movimento de resistência por parte de repórteres que anseiam transformar o estado das coisas.

Retomando as contribuições de Medina (2014), o agir autoral, ou a assinatura autônoma no que se lê e se produz do mundo, é aquele que mobiliza, para além de uma complexa empreitada técnica, concepções éticas e estéticas do fazer, isto é, a renovação e reestruturação de sentidos

no jornalismo que estamos aqui a defender depende, de forma mais imediata e direta, da *práxis* consciente de profissionais que articulam ao instrumental aprendido sua intuição criativa e repertório político-cultural de mundo.

■ O PROTAGONISMO DO HOMEM ORDINÁRIO

Herdeiros do positivismo, tradicionalmente operamos nos conformes de uma gramática funcionalista, e mobilizamos uma conduta profissional que parece não considerar que, apesar de constrangimentos de ordem organizacional e social, temos relativa autonomia no processo produtivo por meio das escolhas que fazemos. Quando pensamos no saber que orienta os procedimentos da tribo em relação à matéria-prima noticiosa, damos-nos conta de que uma estante cartilha de linhas de ação também aqui se faz notar. Para além da marcação de pautas, a seleção de vozes a compor a narrativa nos mostra a presença de um dirigismo, ou simplesmente de um comodismo de rotina, a limitar um modelo informativo de ordem mais complexa – polifônico e polissêmico.

Já nos estudos de Shoemaker e Reese (1996, p.121) sobre *newsmaking*, no que toca aos níveis de análise do *gatekeeping*, a relação de influência, e por muitas vezes de subordinação, entre os meios e os chamados 'definidores primários' (a opinião dos poderosos) era evidenciada como parte da rotina dos profissionais. Os pesquisadores norte-americanos definiram três canais principais por onde os jornalistas tratam suas informações: instâncias oficiais, *press releases* e coletivas de imprensa; complementados por canais denominados 'informais', que tampouco alargam as possibilidades de registro nas dinâmicas que estamos a buscar aqui, quer seja, os *briefings* de origem, os relatórios de associações não-governamentais e de outras de agências de notícia.

Também Lage (2000) identifica que, mesmo antes do século XX, as fontes consultadas precisavam ter um certo tipo de prestígio: políticos, funcionários públicos em geral, diretores de empresa, viajantes – os repórteres se inseriam em portos, estações ferroviárias e em qualquer evento considerado de interesse aos seus leitores, bem concentrados no estrato burguês. Após a Segunda Guerra Mundial, o contato com as pessoas supostamente notáveis passou a ser feito com intermediação de um profissional, via assessorias de comunicação. E desde a emergência da *penny press*, a mídia parece estar em dependência estrutural com esses atores e departamentos enquanto vozes da informação.

Alsina (2005, p.182, tradução nossa^[3]) sintetiza um tal proceder nos moldes de negociações de interesse: "enquanto existem sujeitos que têm acesso praticamente imediato aos meios, outros

dificilmente entram no circuito informativo". Se há que se considerar que, diante de um fluxo de trabalho muitas vezes escasso em tempo e recursos, as fontes oficiais representam uma frente estável e regular de consulta, com seus gabinetes de comunicação fornecendo dados autorizados à imprensa, por outro, não há como não se ponderar sobre os seus benefícios institucionais nessas operações. Preservar estratégias políticas, beneficiar grupos dominantes, promover tendências no debate público ou determinadas construções para certos acontecimentos, são citadas como linhas de ação frequentemente performadas nos embates entre os campos e que nos sinalizam para as posições nada arbitrárias tomadas por cada um (SOUSA, 1999; LAGE, 2000).

Ademais do predomínio das figuras de poder, as fontes especialistas são rotineiramente acionadas em ordem de contextualizar as notícias e fornecer-lhes explicações credíveis. Ainda que tradicionalmente apresentadas como objetivas e imparciais, e pouco problematizadas devido à *expertise* legitimada em sua área do conhecimento, as fontes especialistas também acabam configurando, de acordo com Shoemaker e Reese (1996), uma narrativa previsível e homogênea, porta-voz de um pensamento de grupo de elite. Não à toa, Sousa (1999, p. 51) descreve o espaço público jornalístico como "tendencialmente ocupado por meia dúzia de protagonistas", a que vale ecoar, também, a assertiva de Schudson (1986, p. 31), para quem a produção informativa pode ser tida "normalmente como uma questão de representantes de uma burocracia apanhando notícias pré-fabricadas de representantes de outra burocracia".

Seguindo à risca a convenção da autoridade que norteia o saber de procedimento dos profissionais – "quanto mais alta a posição do sujeito, melhor a fonte de informação" (TRAQUINA, 1999, p. 172), o campo jornalístico nem sempre se atenta, assim, à cadeia de privilégios que sustenta ao reduzir os pontos de vista articulados em suas coberturas. As relações de comunicação, não nos deixa esquecer Bourdieu (1989, p.11), são, inseparavelmente e sempre, "relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos", de modo que as categorias do conhecimento sobre o mundo social, também no jornalismo, estão inscritas em tal jogo de poder para se conversar ou transformar a percepção que temos. Nessa luta pela imposição de uma visão sobre o real, explica o sociólogo francês, em que o poder se configura na proporção de seu capital, isto é, do reconhecimento que os agentes recebem de um grupo, a mídia, com suas operações de visibilidade e silenciamento, pode legitimar a eficácia performativa de discursos – ou também reduzir suas forças simbólicas.

Neste sentido, Bourdieu (1989, p.148) destaca o título profissional ou escolar como "uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito", e ao qual é conferido todos os tipos de ganhos simbólicos, de "poder de fazer ver e de fazer crer", em função justamente de sua posição ocupada no espaço – e aqui nos cabe problematizar a atuação jornalística que, se por um lado tem um estatuto público dependente de tais aparatos de credibilidade,

por outro, pode converter-se em instrumento político e ideológico de manutenção das divisões sociais vigentes. O poder simbólico, afinal, tende a estabelecer um conformismo lógico, uma concepção homogênea na construção da realidade, que contribui para a integração da cultura dominante – uma vez que prestígio/reputação/fama inevitavelmente joga atrelado ao capital econômico.

O que nos parece relevante desde uma tal incursão é evidenciar que, no compasso de uma analítica consciente de que o jornalismo é um campo, ou de que os seus procedimentos de rotina se inserem em uma ordem sociocultural macro, as fontes reportadas no circuito tradicional trazem para o palco da notícia seus interesses diversos, sobretudo visando ganhos políticos e econômicos, e bem se conformam a uma sistemática que, historicamente e também extraindo daí vantagens próprias, beneficiou a voz e o lugar dos oficiais e especialistas. O capital pessoal de notoriedade e de popularidade para aquisição de uma visibilidade midiática é como convenção já tão bem institucionalizada na maquinaria informativa que, para Alsina (2005, p.200, tradução nossa^[4]), “uma mudança radical de algum desses elementos causaria uma alteração na imprensa”.

Mas é precisamente esse movimento que estamos buscando empreender nestas páginas: alargar os horizontes da mediação jornalística para fazer, tal qual propõe Medina (1996), do povo um personagem-protagonista da tessitura contemporânea. Ou, acaso, “ganhar o pão cotidiano é um esforço menor que uma criação artística? As tarefas diárias do padeiro, do mecânico...têm um conteúdo desprezível?”, ressoamos o questionamento de Esquirol (2015, p. 65, tradução nossa^[5]) em sua crítica ao nosso modo de ver *corta de miras*, que não reconhece que há uma indiscutível dignidade no cotidiano das pessoas. Desde a marginalidade, a vida pode ser complexa em construção de sentidos, justamente pelo caráter de inventividade que cada qual articula no trato com o que lhe é próximo. Importa perceber, neste sentido, que cada um é assim início, vinculado à uma singularidade que ganha forma na trama tecida pela rítmica dos nossos dias. “Apenas quando entendermos as inumeráveis maneiras pelas quais as pessoas organizam suas vidas, seremos capazes de apreender o que é profundo” (ESQUIROL, 2005, p.40, tradução nossa^[6]).

Se sob as dinâmicas informativas há uma lógica positivista que conduz à redução do social a dados e fatos, o escopo da cotidianidade nos aclara que cada rotina é uma textura rica em potência a ser desvelada. E elegemos falar em descoberta porque, conforme ensina Certeau (1994, p.171), é mais embaixo dos limiares onde cessa a visibilidade que vivem os “praticantes ordinários da cidade”, cujos caminhos e poesias, tradicionalmente ignorados, escapam à legibilidade:

A instituição dos aparelhos escriturísticos da ‘disciplina’ moderna indissociável da ‘reprodução’ possibilitada pela imprensa foi acompanhada pelo duplo isolamento do ‘Povo’ (em relação à ‘burguesia’) e da ‘voz’ (em relação à escrita). Daí a convicção que, longe, bem longe dos poderes econômicos e administrativos, ‘o Povo fala’ (CERTEAU, 1994, p.222).

Não há, nesta via, a acepção de um povo que é sujeito histórico sempre enganado, ou vítima de algum tipo de imposição da qual não é possível escapar. Antes, o homem-ordinário é assumido como aquele capaz de táticas de resistência para alterar os códigos dominantes, e de um jogo reapropriações dos espaços e objetos à sua maneira. Essa vitalidade criativa que, *a priori*, pode parecer ineficaz e mesmo imperceptível frente às estruturas hegemônicas, desborda-se em uma multiplicidade de experiências, também coletivas, que articulam-se pelo que em Maffesoli (1984, p. 154) aparece como *leitourgia*. “É o que brota do povo e que o organiza enquanto tal [...] é essa poesia do cotidiano que é antes de tudo tradição oral, que nasce e celebra todos os microacontecimentos da existência diária”, descreve o autor francês, sublinhando o valor da retórica popular que circula na vida concreta – uma espécie de organização paralela, digamos assim, para qual um jornalismo de contorno intersubjetivo deve se atentar.

Ao ordinário já tão referenciado até aqui, então, acrescentamos a oralidade como aspecto-norteador de uma prática noticiosa afeta ao popular. É o oral, em sua correlação com gestos e corpos, que nos inscreve em encontro com o Outro, e sua manifestação se percebe em toda parte porque a conversação, escreve Certeau (1996, p.337), se insinua em todo lugar, “é o espaço essencial da comunidade”. O concerto das vozes nos coloca diante de uma semântica para muito além do enunciado: “os acentos marcados pela inspiração e pelas paixões, [...] os rituais de mensagem e de saudação, os registros de expressão escolhidos, as nuances de entonação e movimentos do rosto [...]”, toda a associação som e performance nos mostra como o indivíduo em si é fonte complexa desde suas interlocuções.

Mas quanto nos falta ainda compreender, adverte-nos o historiador, “dos ‘obscuros heróis’ do efêmero, andarilhos da cidade, moradores dos bairros, leitores e sonhadores, pessoas obscuras das cozinhas. E como tudo isto é admirável!” (CERTEAU, 1994, p. 342). O homem-ordinário, em nossas coberturas, no mais das vezes não passa de um tom popular engessado que, às pressas, o profissional colhe para dar um ar ‘mais humano’ à sua matéria. Não consegue, com isso, figurar como inventor de sentido que na realidade o é, e aos ouvidos pouco apurados de uma mídia que mais se importa com o dito que com o ato de dizê-lo, segue ecoando apenas como “murmúrio das sociedades de todo o tempo” (p.57), sem uma cosmovisão, da parte do jornalista, “que ele merece nessa luta para que todos sejamos humanos”, conforme Medina (1996, p.26).

Se é “ignorância crassa” de uma elite intelectual, jornalística ou política, para nos valer da expressividade de Maffesoli (2007, p.19), ou se é arrogância de quem tem pouco a dizer e, mesmo assim, o diz de maneira categórica, ou, ainda, se é em razão de um *ethos* que bem se estabilizou a administrar o quadro vigente, o que nos cabe neste registro é ponderar sobre o território fecundo a ser explorado na conjunção cotidianidade e testemunho dos anônimos. Reposicionar em via de protagonismo os relatos das ruas, as histórias que se maturam em um bar, nos cafés ou nos

escritórios, que se desenvolvem no nosso morar, cozinhar e caminhar, nas trocas com parceiros de urbe ou de povoados, e no exercício fabulativo conosco mesmo – nesse entrecruzamento de tempo e espaço que nos mobiliza na experiência do contar.

É-nos caro, por isso, dar sequência às nossas reflexões em chave de alteridade epistêmica com a perspectiva da História Oral, na expectativa de que, dessa dialogia, desponham potências em termos de recursos e condutas à uma matriz jornalística mais sensível a tais personagens e realidades. Longe do clássico empreendimento historiográfico, a metodologia que valora o recurso oral se fortalece, de modo mais robusto, na segunda metade do século XX, sob a proposta de articular tradição e reminiscência, passado e presente para dar voz àqueles que, tradicionalmente, não têm lugar no registro documental.

A maior parte dos historiadores profissionais, conta-nos Burke (1992, p. 166), enquanto habitantes de sociedades alfabetizadas, “inconscientemente tendem a desprezar a palavra falada”, sendo bastante céticos em relação ao valor das fontes orais para a compreensão da história. Essa recente visada, no entanto, defende Paul Thompson (1992, p. 22), “pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história”, na medida em que revela novos campos de investigação ao alterar o seu enfoque e, em sentido mais geral, considerar como matéria-prima a experiência de vida das pessoas de todo tipo.

Tal qual ocorre com o jornalismo, o historiador dedica a maior parte de sua atenção aos líderes sociais, sendo da natureza mesmo de seu trabalho a abordagem desde o ponto de vista da autoridade. Não é de se admirar, neste sentido, “que o julgamento da história tenha, o mais das vezes, defendido a sabedoria dos poderes existentes” (THOMPSON, 1992, p. 26) – as muito conhecidas e referenciadas fontes oficiais.

A história oral, ao contrário, torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo (THOMPSON, 1992, p. 27).

As lutas cotidianas encobertas e os movimentos populares esquecidos voltam à cena com o resgate dos testemunhos daquelas figuras geralmente menosprezadas – os prisioneiros, os miseráveis, os loucos, as mulheres, os analfabetos. Toda e qualquer experiência individual, com a carga de subjetividade e emoção que a compõe, torna-se legítima como fonte para essa vertente da história que se constitui atrelada à história dos excluídos. Caso contrário, é como se disséssemos, na linha problematizada por Muller (2007, p. 24), que a história da humanidade se resume a uma só história, que é universal. “Todos os acontecimentos, todas as vidas dos povos e dos indivíduos fariam parte de um mesmo todo, apenas”.

Mas o prisma elegido pela História Oral nos ensina que não há como destinarmos um olhar único para a diversidade que a vida nos apresenta diariamente. Não há como esperarmos que uma única forma de mirar seja capaz de capturar toda dimensão do caótico e do fantástico que cerca nossas vivências. É possível, isso sim, multiplicar nossos horizontes e meridianos na tentativa de resistir a princípios únicos e excludentes de civilização. Uma tal perspectiva deve reconhecer, por isso, a importâncias das micro-histórias e dos microcosmos, em âmbito cotidiano, familiar, de religiões – para a compreensão do todo social.

Expandindo o campo de atuação da produção histórica, e também do jornalismo, enriquecemos sua mensagem social, tornamo-la mais democrática. Se a vertente inova em um primeiro sentido por suas fontes, ao dar atenção especial aos silenciosos e excluídos da história, François (2000) também assinala a singularidade da própria abordagem utilizada por ela: interessa-se pelas maneiras de ver e de sentir, preferindo visões subjetivas às estruturas objetivas, no recorte temporal do presente. A história vista de baixo, neste sentido, não só reconhece o valor dessas fontes novas e inéditas, como também centra o seu trabalho no interior e no mais profundo da experiência dos atores sociais.

É preciso apenas abrir os poros, aconselha Medina (2014, p. 44), para perceber que “os enredos do caos da História, gritos e sussurros, violências e farras, sobrevivências do seivrol e tragédias da exclusão não cabem na razão quadriculada” dos métodos tradicionais. Se os seguidores das tradições mais clássicas do historicismo enxergam a história oral com uma espécie de rótulo de segunda classe, questionando a credibilidade das fontes e a presença de marcos subjetivos em seus relatos, seus entusiastas, tal qual nos indica Lozano (2000, p. 22), percebem-na como “uma verdadeira alternativa para divulgar a história daqueles que não foram registrados nas histórias oficiais”, uma forma de instrumento ou de resposta mais acabada, ele diz, “que os intelectuais da história podem oferecer aos setores historicamente explorados”. Também ao jornalismo essa latitude dialógica, em busca de novos valores aos seus saberes de procedimento, pode representar um avanço no sentido do cumprimento das responsabilidades de sua mediação social.

Cabe, portanto, enfatizar a necessidade de uma reviravolta como esforço para se recuperar a experiência e os pontos de vista daqueles normalmente situados à margem – do interesse público, midiático e histórico. O trabalho da história oral, bem como de um jornalismo em vias de intersubjetividade, é precisamente o de privilegiar perguntas e problematizar respostas que, como dados prontos, foram tomadas como certas e naturais. Por que algumas vozes são ouvidas e algumas vozes são marginalizadas? E o que esse processo mesmo de escolha nos mostra em relação a nossa forma de enxergar o Outro, a realidade, a História?

Movimentos alternativos ou de resistência, como os que estão sendo discutidos aqui,

são os caminhos por nossa investigação elegidos para romper com práticas e noções convencionalizadas em nosso plano profissional, revelando os potenciais narrativos e até onde, e quem, o jornalismo pode chegar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os percursos traçados anteriormente demarcaram como norte a noção de que a realidade transmitida pelos meios é uma construção, o produto de uma atividade institucionalizada que, através de uma processualidade rotineira e enquanto campo que joga com demandas políticas e econômicas externas, legitimou-se para operar uma seletividade no plano social, apresentando-nos recortes de mundo assumidos como relevantes para o coletivo. Essa tal acepção que nos choca à uma visão de positivação do fato, desborda a maturação de uma analítica da notícia para dar conta das escolhas que convencionalmente se realizam em função de categorias que também foram culturalmente acordadas.

Os teóricos interacionistas do jornalismo nos mostram que há uma semântica profissional a estruturar, desde os últimos dois séculos, a cadeia noticiosa em nível hegemônico. Qualquer tentativa de mudança neste sentido esbarra nesse *ethos* histórica e culturalmente consolidado, e só consegue extrapolá-lo articulando movimentos de resistência, capazes de engendrar distintos exercícios profissionais. Nosso trabalho de fundamentação de uma dinâmica jornalística centrada no protagonismo do homem ordinário buscou, assim, referências e contribuições em campos outros do saber, na expectativa de identificar horizontes que nos ajudem a expandir o limitado sistema informativo que hoje nos orienta.

Assinalamos, deste modo, a cotidianidade como território fecundo de criações que nos assegura em resistência ontológica e social, e cujo movimento pendular de gestualidades e afazeres revela, para além de aparente repetição opaca, sentidos orientadores de nossas subjetividades e táticas sutis de reapropriações culturais. Neste domínio do comum, sublinhamos especialmente o valor dos personagens anônimos e de artifícios da oralidade enquanto fontes coesas a um exercício jornalístico intersubjetivo. Trata-se de linhas fundantes de uma dinâmica que, no compasso da trama ordinária, faz do povo o centro da narrativa da socialidade humana na contemporaneidade. Em última instância, revela que um ofício noticioso de tipo relacional não cabe nos limites de um campo engessado. Antes, extrapola esquemas e modelos fechados com a iniciativa conciliatória de colher contribuições em outros territórios de saber.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, M. *La construcción de la noticia*. Nueva edición revista y ampliada. Barcelona: Paidós, 2005.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*, seguido de *A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ESQUIROL, J. *Uno mismo y los otros: de las experiencias existenciales a la interculturalidad*. Barcelona: Herder Editorial, 2005.
- ESQUIROL, J. *La resistencia íntima: ensayo de una filosofía de la proximidad*. Barcelona: Acantilado, 2015.
- FRANÇOIS, E. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- GIRÓ, X. A responsabilidade política do jornalismo em cobertura de conflitos. *Compólitica*, v.10, n.2, p.193-204, 2020.
- KÜNSCH, D. Compreendo ergo sum: epistemologia complexo-compreensiva e reportagem jornalística. *Communicare* (São Paulo), São Paulo, Brasil, v. 5, n. 1, p. 43-54, 2005.
- LAGE, N. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 6. ed. Record, Rio de Janeiro, 2000.
- LIPPMANN, W. *Opinião Pública*. São Paulo: Vozes, 2012.
- LOZANO, J. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. FERREIRA, M.; AMADO, J. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- MAFFESOLI, M. *O ritmo da vida*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2007.
- MAFFESOLI, M. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MEDINA, C. *Atravessagem: reflexos e reflexões na memória de repórter*. São Paulo: Summus, 2014.
- MEDINA, C. *Povo e personagem*. Canoas: Ed. Ulbra, 1996.

- MULLER, H. *História do tempo presente: algumas reflexões*. In: PORTO JR, G. (Orgs.). *História do tempo presente*. Bauru: EdUSC, 2007.
- SCHUDSON, M. The sociology of news production. *Media, Culture, and Society*. v.11, n. 3, jul. 1989, p. 263-282.
- SHOEMAKER, P.; REESE, S. *Mediating the Message: theories of influences on mass media content*. Longman Publishers, 1996.
- SIGAL, L. *Reporters and Officials*. Lexington MA: Lexington Books, 1973.
- SOUSA, J. *As notícias e seus efeitos*. Coimbra: Minerva, 1999.
- TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2005.
- TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.
- THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ZELIZER, B. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo 2000*. Lisboa: Relógio d’água, 2000.

-
- [1] No original: “La relación entre el periodista y sus destinatarios está establecida por un contrato pragmático fiduciario social e históricamente definido”
- [2] No original: “This is an ability to evaluate stories based on agreed-values, which provide yardsticks of newsworthiness and constitute an audience-oriented routine”.
- [3] No original: “Mientras que hay sujetos que tienen un acceso prácticamente inmediato a los medios, otros difícilmente entran en el circuito informativo”.
- [4] No original: “El cambio radical de alguno de estos elementos supondría la alteración del tipo de prensa”.
- [5] No original: “¿Acaso ganarse el pan cotidiano es un esfuerzo menor que la creación artística? ¿Las tareas diarias tienen un contenido más despreciable?”.
- [6] No original: “Sólo cuando entendamos las innumerables maneras en que las personas pueden organizar sus vidas, seremos capaces de aprender lo que es profundo”.